

Vilas Rurais dez anos de mascaração dos problemas agrários paranaenses.¹

Roselí Alves dos Santos – UNESP – Pres. Prudente²
roseliasantos@gmail.com

Introdução

Esta pesquisa apresenta uma análise das Vilas Rurais implantadas pelo Governo do Estado Paraná, principalmente no Noroeste do Estado, cujo objetivo é atender aos trabalhadores volantes que vivem em situação precária.

Ao longo do trabalho, buscou-se refletir sobre as Vilas Rurais enquanto uma ação do Estado na tentativa de atenuar as desigualdades sociais dimensionadas na relação campo-cidade. Procurou-se, ainda, observar em que medida os indivíduos, beneficiados pelo “Programa Vila Rural”, possuem vínculo efetivo com a terra e de que maneira este programa tem procurado atingir aos seus objetivos. O estudo sobre as Vilas Rurais no Noroeste do Paraná partiu da hipótese de que as mesmas foram criadas pelo Estado como forma de coibir o deslocamento da mão de obra do campo para a cidade, possibilitando o barateamento do custo de reprodução da força produtiva para o capital.

A região Noroeste do Paraná foi definida como área de estudo por apresentar uma grande concentração de Vilas Rurais construídas e em processo de construção, além de ser a área do Paraná que mais apresentou, nas últimas décadas, evasão populacional. Cabe ressaltar que, justamente, por apresentar elevado número de trabalhadores temporários, a região Norte do Estado foi considerada como prioritária no Programa Vila Rural, posteriormente o estudo se estendeu para a região sudoeste do Paraná.

Em linhas gerais é possível verificar que o Programa Vila Rural tem se estruturado como tentativa de atenuar os problemas sociais enfrentados pela população paranaense nas últimas décadas. Problemas estes que podem ser considerados como consequência das mudanças efetuadas na base técnica de produção e que acabaram por provocar transformações nas relações de trabalho e produção no Brasil.

A modernização capitalista da agropecuária e suas consequências socioespaciais

O processo de modernização agropecuária privilegiou uma parte do setor agropecuário brasileiro e paranaense, em contra partida, gerou um processo de exclusão e de expropriação de milhares de homens e mulheres do processo produtivo, provocando o êxodo rural e a ampliação de uma classe de trabalhadores, cuja própria denominação já dificulta sua apreensão. São eles: os bóias-frias, os trabalhadores volantes, os diaristas; enfim, os trabalhadores do campo. Mas, de forma em geral, moradores da cidade. São, portanto, pessoas que, muitas vezes, não se identificam e não são

¹ Parte da dissertação: Vilas Rurais no Noroeste do Paraná: a intervenção estatal atenuando as desigualdades socioespaciais, defendida na UNESP/Presidente Prudente, em 2001.

² Professora mestre da Unioeste – Francisco Beltrão, doutoranda em Geografia pela UNESP Presidente Prudente e pesquisadora do GETERR, roseliasantos@gmail.com.

identificados como deste ou daquele lugar, mas são discriminados, segundo SILVA (1999), por um processo de dominação – exploração, baseado na articulação das três organizações sociais: de classe, de gênero e étnico/racial.

Neste contexto buscamos compreender o processo de construção de moradia para a classe de *trabalhadores volantes*, através do Programa Vila Rural; desta forma, é mister trabalhar com a identificação destes homens e mulheres que compõem esta categoria.

Como já foi salientado por insígnies autores, a origem do processo de formação destes trabalhadores, ocorreu, concomitante, à modernização agropecuária implantada e imposta pela importação do pacote de desenvolvimento tecnológico.

A figura destes homens e destas mulheres que compõem o quadro com estes trabalhadores do campo e que, em geral, vivem nos áreas urbanas, padecendo de condições dignas de vida e em condições de submoradias é que evidenciará este estudo. Pois, não se acredita que se possa haver um trabalho geográfico crítico em que se estuda apenas as configurações espaciais, esquecendo-se do elemento chave que compõe e recompõe as territorialidades: o homem. Como afirma RUY MOREIRA (1994:111), *A geografia é a medida de homens concretos. Mas não são os homens que fazem a geografia? Podem fazê-la, pois, para os homens*. O objetivo a partir deste momento é de executar a árdua e necessária tarefa, de colocar em discussão esta geografia.

A compreensão deste processo de formação de trabalhadores do campo, pode ser entendida conforme propõe THOMAZ Jr. (1996), através da análise da relação capital trabalho, onde o capital é apresentado como hegemônico no processo produtivo. Enquanto, o trabalho, ao inserir-se neste processo, entra subsumido, real ou formalmente, dependendo do desenvolvimento das forças produtivas. Decorre deste fato, a dificuldade do trabalho em compreender a sua totalidade; pois encontra-se fragmentado através de uma divisão social e técnica; resultando no reconhecimento por parte do trabalhador enquanto função específica e não enquanto proletariado. No caso dos trabalhadores temporários (bóias-frias, volantes, diaristas ou ainda qualquer outra denominação) sua auto identificação se torna ainda mais difícil, pois estes se vêem como cortador de cana, trabalhador da colheita de mandioca, trabalhador da usina, diarista etc.. Além de que, normalmente, é possível perceber um constrangimento por parte destes atores sociais ao se identificarem, revelando a forma submissa e excludente que eles assumem no processo produtivo.

Ainda, segundo THOMAZ Jr.(1996), essa desritmia entre as leituras que o capital e o trabalho fazem do mesmo fenômeno, transforma a leitura totalizante por parte do capital como um instrumento vital de dominação sobre o trabalho, reforçando, assim, sua hegemonia. O aparato criado pelo Estado, como já foi salientado no primeiro capítulo, desenvolve uma condição essencial para tal submissão, no momento em que o Estado reduz as relações capital-trabalho às regulações contratualistas e, deixa o trabalho submisso ao capital e aos mecanismos de legitimação jurídico-política do processo produtivo capitalista. Desta forma, interroga-se a respeito da questão do trabalhador volante que não é reconhecido como “trabalhador oficializado”

É indiscutível a importância do trabalhador temporário para acumulação de capital; pois, o capitalista não precisa pagar ao trabalhador no período entre safra, além de não ter de “desembolsar” recursos com encargos sociais, uma vez que oficialmente este trabalhador não existe. A compreensão desta

categoria de trabalho que, aparentemente, poderia significar uma relação que desfigura as relações tipicamente capitalista, pode ser efetivada a partir da análise que OLIVEIRA (1984), faz do processo de monopolização e sujeição da renda da terra e das relações de trabalho realizada pelo capital:

... o desenvolvimento do modo capitalista de produção como processo (contraditório) de reprodução ampliada do capital, e esta, como reprodução de formas sociais não – capitalista (embora dominada pela lógica do capital). É assim que esse modo de produção se nutre de realidades não- capitalistas, e essa desigualdade não pode ser entendida como incapacidade histórica de superação, mas sim demonstra as condições sociais recriadas pelo próprio desenvolvimento do modo capitalista de produção... (p.55)

Nesta perspectiva de criação e recriação do capital, se estabelece no cenário socioespacial do Noroeste do Paraná um processo de mudanças na estrutura fundiária do Norte do Estado do Paraná, onde, inicialmente, a colonização definiu um espaço de pequenas propriedades com peso significativo em vários produtos agropecuários e com uma distribuição de posse da terra bem menos concentrada que em outros Estados. Este processo, segundo SILVA (1999, p.91), foi desestruturado a partir do momento em que se consolida a colonização e as pequenas propriedades passam a ser incorporadas pelas grandes, quando ocorre a mudança da atividade cafeeira para pastoril ou para outras lavouras de exportação e, transforma o Norte do Paraná em uma área expelidora de população. A autora reafirmando que, *o desenvolvimento das forças produtivas no campo elimina, transforma ou recria a pequena produção através da subordinação da propriedade privada da terra submetida ao controle do capital.*

Desta forma, é possível observar que as mudanças nas relações de produção influenciaram também a estruturação espacial, como consequência *sino quo non*, para a sua efetivação.

Na região Noroeste do Paraná a decadência do cultivo de café com trabalho intensivo de mão-de-obra; a transformação de extensas áreas em áreas de criação de gado extensiva em mão-de-obra e, o alto grau de modernização da agricultura levaram, conforme salienta KOHLHEPP(1991), a um desemprego rural de dimensões catastróficas. Ademais a legislação trabalhista (discutida no capítulo anterior), ocasionou a rescisão de vários contratos de trabalho fixos e a substituição destes por trabalhadores temporários. Sobre isto, o autor salienta,

... Em consequência disso, em termos sazonais a extremamente aumentada mobilidade da população rural, assim como os vaivéns diários dos trabalhadores dos bairros residenciais suburbanos para os locais de trabalho (que variam freqüentemente), na dependência de agentes de trabalho (gatos) e com um pagamento extremamente baixo, tornaram-se um problema central em grandes partes do norte do Paraná, o que leva, cada vez mais, a conflitos sociais. (p.87)

As mudanças ocorridas, principalmente após a década de 70, levaram o Paraná a uma transformação na estrutura espacial e também no número de população, que se viu reduzida bruscamente devido a fatores estruturais, citados anteriormente. Paralelo ao processo do êxodo rural, provocado pela mudança nas relações de produção e trabalho, foi verificado o aumento no emprego de trabalhadores temporários. Essas transformações foram as viabilizadoras de um novo arranjo na estrutura populacional paranaense e acabaram por forjar na figura urbana, um cidadão tipicamente rural, mas que, no contexto atual, se encontra desraizado, pois é morador urbano e pouco usufruí desta estrutura (mora em submoradias, carecem de infra estrutura, equipamentos de lazer etc.). Todavia são trabalhadores do espaço rural, todavia sem um vínculo garantido com a terra, onde um

bom período de chuva ou uma estiagem prolongada podem aumentar suas carências e dificultar ou inviabilizar sua existência, enquanto cidadão e cidadã.

O processo de modernização, certamente, provocou a expulsão do homem do campo. No entanto, o mesmo processo de expulsão gerou a atração de mão-de-obra, mas sob novas formas de relações de trabalho, em que a força de trabalho seguindo a lógica do capital se tornou móvel, adaptável e submissa a esta lógica.

Para DIAS e MORO (1997), o Paraná de área de atração passou em poucas décadas à área de expulsão populacional, chegando a ser considerado alarmante o índice de esvaziamento que o Estado vem sofrendo.

Uma outra preocupação se coloca quando se trata da questão da mobilidade populacional. Pois, a estrutura da produtividade representada, principalmente pelo café, ao atrair a população nas décadas de 30 a 70, criou também um aparato material para a viabilização desta produção com a criação de inúmeros pequenos municípios, que supriam as necessidades locais. Municípios estes que, atualmente, carecem de bases materiais para a sustentação de sua população. Em contraposição os municípios com maior porte do Estado como Maringá, Londrina, Cascavel, Umuarama, e a Região Metropolitana de Curitiba demonstram situações de carência em decorrência do grande fluxo migratório que tem recebido e, principalmente, da falta de infra-estrutura básica para acolher tal população que tem se deslocado para essas regiões ou mesmo para áreas fora do território paranaense. Segundo dados do IBGE, o Paraná tem apresentado as menores taxas de crescimento do país, acompanhado ainda do processo de deslocamento do sentido campo – cidade, evidenciando uma tendência na concentração urbana.

Embora, em menor proporção que as grandes e médias cidades, os pequenos municípios tendem a acolher a população que se desloca do campo. Fica eminente, portanto, que estes apresentem uma capacidade de atrair investimentos menor que as cidades mais estruturadas. Este fator recai sobre as administrações locais como um peso, que com seus poucos recursos precisam digerir tal situação. Fica, então, para cada gestão garantir as condições mínimas de sustentação da população local. O contrário: o deslocamento desta população, resultaria na diminuição do orçamento geral do município, uma vez que os recursos também têm por base o número total de habitantes. Todavia, a fixação, desta população, sem uma política de atração de investimentos ou de programas sociais eficientes pode aumentar ainda mais as desigualdades sócio-econômicas destes municípios e, gerar conflitos de difícil solução em uma escala local.

Esta situação tem levado o Paraná, bem como outros estados do Brasil, a repensar as políticas públicas de gestão de pobreza. Discussão que extrapola os limites nacionais e passa a atrair a atenção de órgãos internacionais como o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), o BIRD entre outros.

Não se pretende, neste estudo, considerar que os problemas urbanos decorram do aumento da população urbana. Desta forma, conforme discute GONÇALVES (1984), poderia se inferir, erroneamente, que a solução para os problemas sociais urbanos seria o controle de natalidade ou a fixação do homem no campo.

Quando se afirma que as cidades cresceram muito nas últimas décadas, é preciso avaliar este “muito” em relação a quê? Pois os países desenvolvidos da Europa, por exemplo, também tiveram um rápido processo de urbanização e, na atualidade, grande parte dos problemas sociais, oriundos deste processo, se encontram solucionados. Na realidade a resposta, a esta e outras indagações, estaria na intencionalidade e no interesse político e econômico que têm estruturado a política de planejamento neste país.

Tomando por base a análise acima, os problemas sociais urbanos ou rurais, não podem ser justificados por uma questão meramente numérica, onde recairia sobre o migrante um peso que não lhe é devido. Ao contrário, a migração se impõe a estes homens e mulheres como sendo a única opção de sobrevivência, uma vez que o processo de expulsão/expropriação, do homem do campo, cria condições de transferência das tensões da zona rural para a zona urbana. Poderia ser feita uma analogia desta realidade e, destacar que neste processo os sem terra se transformam em sem-teto, ou seja, apenas verifica-se que, no Brasil, acontece uma transferência de problemas.

Neste sentido, o Programa “Vilas Rurais” foi apresentado como uma política pública de combate a pobreza, com a fixação do homem na terra e a garantia de subsistência. Contudo, passados dez anos de sua implantação, não tem apresentado condições efetivas para garantir as finalidades propostas.

A estrutura organizacional do Programa de Vilas Rurais

Ao se deslocar pelo território paranaense nos últimos dez anos, tornou-se comum encontrar nas áreas rurais conjunto habitacionais (tipicamente urbanos), deslocados de seu local de origem, que se espalham, expressivamente. Desta forma, a paisagem urbana estaria adentrando o espaço rural (embora não exista descontinuidade no âmbito da produção/circulação entre rural e urbano) ou seria o rural com uma nova cara, o que é definido por Graziano Silva como o “Novo Rural Brasileiro”³

Esta incógnita representada pelas Vilas Rurais no que se refere à definição do conceito de rural e de urbano é resultado de mudanças rápidas que marcam a atualidade e que passam a exigir um repensar no temas e conceitos pré-definidos.

As Vilas Rurais compõem um Programa do Governo do Estado do Paraná de assentamento rural, que se propôs criar mecanismos de manutenção do homem no campo, através da oferta de trabalho e moradia. Segundo o Governo do Estado, tal iniciativa partiu da preocupação do esvaziamento populacional nas últimas décadas e que transformou a situação do trabalhador rural em uma situação caótica.

Segundo o Governo do Paraná, da época, o programa das Vilas Rurais, tinha *intenção de dedicar atenção global e integrada ao trabalhador volante*, segmento que não havia sido alvo das políticas públicas e que perfazem um total de quase 27% da população paranaense.

Mas tal dedicação se efetivou de maneira contraditória, pois as vilas foram projetadas de forma que não têm uma infra-estrutura de postos de saúde, escolas, creche etc.; todavia, o fato é pelo discurso da inclusão social. Segundo o discurso oficial, se todos os equipamentos que o morador necessitar

³ A proposta do Novo Rural Brasileiro tem sido foco de pesquisa por grupo de pesquisadores da UNICAMP, sobre a coordenação do professor Doutor Graziano Silva.

estiver centrado na Vila, ou no conjunto habitacional, ele diminuirá suas trocas sociais com os moradores de outras áreas.

Na prática tem se evidenciado que esta forma de representação de um espaço não provoca a inserção do indivíduo na apropriação e produção do território urbano, pois a população a quem se destina tais moradias não dispõe nem ao menos de meios de transportes próprios para se fazer presente no cotidiano urbano. Neste sentido, acreditar numa participação efetiva na produção e apropriação política e técnica do espaço encontra-se uma distância muito grande.

Em muitos casos, a pobreza é vista a partir do rebaixamento das condições de vida, e as propostas governamentais dirigidas aos pobres acabam sendo operadas como soluções, em que a qualidade dos serviços, tornam os pobres ainda mais pobres.

Quando o Governador do Paraná, na época, Jaime Lerner afirmava que: *“é impossível dissociar os problemas urbanos da questão do campo”*; compreende-se que seja uma perspectiva correta, mas através do trabalho de campo que foi realizado nos últimos anos, não permitem considerar que as Vilas Rurais sejam, *um suporte básico para o desenvolvimento das comunidades onde estão instaladas e demonstram como é viável a ocupação racional do campo* (BEM MORAR, p.7), muito menos ainda podemos considerar as vilas como o discurso oficial induzia: reforma agrária viável.

Embora, em algumas Vilas Rurais possa ser observados lotes onde vileiros estejam conseguindo aumentar sua renda e seu padrão de consumo, a questão da pobreza deste vileiros, é tratada de forma parcial, sem atingir o âmago da questão. Pois, se por um lado, o Programa parece oferecer garantia de moradia, o mesmo não se verifica no âmbito das condições para a produção, começando pelo tamanho do lote, a falta de infra-estrutura e até de uma consciência política dos Vileiros para conquistar a garantia dos fundamentos filosóficos que permeiam o projeto do Governo: dignidade, estabilidade e qualidade de vida para o trabalhador do campo e sua família.

A própria questão da garantia de moradia perpassa por uma ideologia em que, aparentemente, a casa seria uma “doação”, *moradia garantida*, o que, de certa forma, pode contribuir para a permanência e a subalternidade dos vileiros em relação aos representantes dos órgãos oficiais. Todavia, tal garantia só é mantida enquanto o vileiro estiver honrando com o pagamento mensal das prestações da casa própria e somente após 25 anos de efetivo pagamento poderá contar com o título da propriedade. Esta visão que é repassada a todos os cidadãos de uma comunidade, através da imprensa principalmente, permite ver como inteiro algo que na verdade é totalmente fragmentado e como tal não pode ser considerado o melhor caminho para se estruturar mudanças na problemática econômica e social da população paranaense, seja ela rural ou urbana.

O uso do território a cria valorização e desvalorização. O espaço está em constante mutação, as necessidades tecnológicas de consumo criadas são diferentes daquelas existentes no auge da cafeicultura, do desenvolvimento da pecuária. Assim, é possível verificar que as políticas e as técnicas se designam a tornar viáveis os territórios para a utilização do capital. Por este motivo, é imposto à região uma criação incessante de valores, para atender uma demanda, o que, por sua vez, faz com que as diferentes regiões estejam em constante processo de adaptação material e imaterial; do contrário estariam descartadas da competição que a elas se impõem como forma de sobrevivência numa escala mundial.

Desta forma, Vilas Rurais ao mesmo tempo que significam uma implicação social do processo de modernização tecnológica, sendo portanto parte deste, são também áreas onde estas manifestações tecnológicas não estão traduzidas. Este movimento pode ser demonstrado por uma situação levantada durante o trabalho de campo em que uma família que trabalha no corte de cana (cultura incentivada na região em virtude da modernização) e que no seu lote na Vila Rural havia plantado café, estava muito preocupada com o dinheiro investido na compra de veneno para o cultivo do mesmo. Pois, devido a um longo período de estiagem o mesmo não faria efeito sobre a plantação e teria, portanto, perdido os R\$ 200,00 por ela investido. Analisando que no período (novembro de 1999) a diária do trabalhador volante era de R\$ 15,00, o dinheiro aplicado significava 13.3 dias de árduo trabalho. Para estes Vileiros e muitos outros a modernização é algo distante, embora seu local de morada seja uma feição deste mesmo processo de modernização. O fato citado ocorreu na Vila Rural Nossa Senhora Aparecida em Itaúna do Sul. A exemplo do que ocorre em inúmeras outras vilas, onde foram verificadas as condições precárias de produção enfrentadas pelos Vileiros.

Na maioria das Vilas o sistema de trabalho é muito rudimentar, contando cada lote com um paiol de 2 metros quadrados, enxadas, foices, e água encanada e tratada pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR. A água tratada que evidencia um aspecto contraditório da modernização, pois o tratamento da água é com certeza uma demonstração de qualidade de vida. Porém, no contexto em que se insere as Vilas Rurais esta, muitas vezes, é a responsável pela inviabilidade da produção e portanto da melhora na qualidade de vida. A água tratada é uma mercadoria e como tal é comercializada a preço de mercado, apresentando se em muitos casos como um produto caro que inviabiliza a construção e manutenção de uma horta, ou de qualquer outro tipo de produção que a irrigação seja elemento imprescindível à produção.

Neste sentido, as Vilas Rurais representam a viabilização do território com o dinheiro público para o uso privado. Mas o uso privado não se restringiria ao uso dos Vileiros, pois estes, inclusive, pagam pelas suas casas, mas há outras formas de apropriação que são adotadas nas Vilas. Como exemplo deste fato pode ser citado o *Programa Sócio da Vila*, onde empresas (agrícolas ou não) se instalam e passam a utilizar os recursos já instalados com o dinheiro público, como água, energia, sistema de comunicação etc. e passam a utilizar a vantagem comparativa, pois a existência da mão-de-obra, próxima ao local de trabalho, barateia o gasto com transporte. Por outro lado, dependendo do produto a ser gerado, é possível que a Vila também produza a matéria – prima, barateando ainda mais os custos de produção. Tudo isto para firmar o discurso da geração de empregos, contudo, sem a garantia da fidelidade do capital ao território.

Considerações finais

O Estado, ao instituir as Vilas Rurais enquanto uma política social, está permeando a relação capital – trabalho, pois a construção das Vilas Rurais e a clara intenção de manter o trabalhador volante no campo, acaba por beneficiar os donos de usinas, empresários e aqueles que necessitam, ainda, desta força de trabalho. Esta política aparenta à finalidade de contenção e minização da miséria, mas não dá conta deste efeito.

O papel assumido pelo Estado nas três instâncias governamentais, municipais, estaduais e federais, segundo SPOSATI(1988, p.36), é de gestão estatal da força de trabalho, que atende às necessidades do trabalhador e sua família, porque estas não são satisfeitas no livre mercado, por via salarial. O atendimento dessas necessidades, aparece como uma estratégia de favorecimento ao processo privado de acumulação. Ao criar políticas de proteção estatal, são desenvolvidos mecanismos, através da produção de serviços, que geram condições para a manutenção e reposição da força de trabalho. Mas a forma como o Estado assume, parece que este realiza uma justiça social.

Fatos como estes podem ser compreendidos, levando-se em consideração que a vida social é pensada numa escala global e as valorizações constantes criam também necessidades incessantes de adaptação à esta demanda. Como o fio condutor destas demandas é o capital, e este não tem fidelidade com o território, as mudanças que ora parecem ser avanços podem significar também retrocesso. Neste sentido, a criação das Vilas Rurais é uma necessidade imposta como forma de manter o homem no campo, possibilitando as condições de se tornar um produtor e ao mesmo tempo um consumidor, embora nos discursos oficiais a prioridade é capacitá-lo para se tornar um cidadão.

É importante ressaltar que as Vilas Rurais surgem num momento histórico, em que inúmeros acontecimentos políticos pressionam por reformas sociais e políticas, tanto no espaço urbano, como no espaço rural. Os Sem - Tetos e os Sem Terra podem ser apontados como movimentos sociais expressivos e com grande poder de persuasão, pois congregam partidos políticos, Igreja, sindicatos e trabalhadores em todo o território brasileiro, além do apoio de organizações internacionais. Estas, de certa forma, polarizam estas lutas e evitam que o vileiro/trabalhador se envolva de forma direta com essas forças sociais. Pois estes não se enquadrariam (pelo menos oficialmente) nas categorias de sem tetos ou sem terra; afinal eles possuem a "propriedade" do lote. Por outro lado, os gastos sociais com estes também tendem a diminuir, pois devido à produção extraída do lote não mais necessitam de cestas básicas para sobreviverem, quando se encontrarem desempregados ou inimpregáveis. Desta forma, os Vileiros (Trabalhadores rurais ou urbanos) ficam submetidos ao instrumento criado pelo Estado e sua não permanência na Vila pode parecer aos demais cidadãos um desinteresse e uma falta de perspectiva do Vileiro enquanto indivíduo. Esta leitura, quando realizada pela sociedade, desconsidera o processo social que produziu este trabalhador e recai sobre ele a responsabilidade pelo (In) sucesso do Programa Vilas Rurais.

Referências

DIAS, Raquel Pereira. & MORO, Dalton Aureo. A Mobilidade Espacial da População paranaense nas décadas de 70 e 80. In: Sociedade & Natureza. Uberlândia, 9(17): janeiro/junho, 1997, pp. 81-130.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. A modernização tecnológica da agricultura paranaense na década de 70: difusão, contrastes regionais e conseqüências sócio-econômicas. Dissertação de mestrado/UFRRJ. Itaguaí, 1980.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Paixão da Terra. Ed. Rocco-Socii. Rio de Janeiro, 1984.

GOVERNO DO PARANÁ. _Revista Bem Morar: Casa própria a maior prova de cidadania. 30p.

JACOBI, Pedro. Movimentos Sociais e Políticas Públicas. _Editora Cortez. São Paulo, 1989.

KOHLHEPP, Gerd. Mudanças Estruturais na Agropecuária e Mobilidade da População Rural no Norte do Paraná. In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 53(2), abr/jun. 1991, p. 79-94.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. Agricultura e Indústria no Brasil. In: Boletim Paulista de Geografia. AGB. São Paulo, 1981; N.º58, p5-64.

SILVA, José Graziano. _A modernização dolorosa – estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Ed. Zahar. Rio de Janeiro, 1982.

SANTOS, Roselí Alves dos. Vilas Rurais no Noroeste do Paraná: a intervenção estatal atenuando as desigualdades socioespaciais. Presidente Prudente, UNESP, 2001. (dissertação de mestrado)

SILVA, Maria Aparecida de. Errantes do fim do século. Ed. da UNESP. São Paulo, 1999.

SPOSATI, Aldaiza. Vida Urbana e Gestão da Pobreza. Ed. Cortez. 1998.

THOMAZ Jr., Antonio. Por Trás dos canaviais os (nós) da cana. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 1996.